

Da migração ao conservadorismo: Ideologia e sustentabilidade ambiental no pensamento de confissão luterana no oeste do Paraná

*From migration to conservatism: Ideology and
environmental sustainability in Lutheran confession thinking
in western Paraná*

Alvori Ahlert¹

Resumo: O trabalho investigou as posições ideológicas e sobre sustentabilidade ambiental entre luteranos na microrregião de Marechal Cândido Rondon, no extremo Oeste do Paraná. De abordagem quali-quantitativa, focou-se nos luteranos do pós-processo migratório das décadas de 1950 a 1980, para o qual foram considerados pessoas do sexo feminino e masculino. Os resultados atestaram que 54,28% das mulheres são conservadoras, de direita, com índices de 83,33% nas questões relativas a drogas e 80,33% sobre religião, e que 66,31% dos homens são conservadores, de direita, com índices de 85,71% nas questões da liberalização da posse de armas, 85,71% na criminalização do uso de drogas, 82,14% sobre as causas da criminalidade e 75% sobre a importância da religião no comportamento humano. Nas questões relativas ao desenvolvimento rural sustentável, 93,75% afirmaram a necessidade de práticas de desenvolvimento sustentável, indicando a prioridade de temas a “Recuperação de fontes e mananciais”, com 59,37%, o “Desenvolvimento rural sustentável” com 53,12%, o “Conceito de energia e recursos

Artigo recebido em: 26 abril de maio 2021

Aprovado em: 13 de set 2021

¹ Pós-Doutor em Educação, Doutor em Teologia (Área: Religião e Educação), Mestre em Educação nas Ciências (Área Filosofia). Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, Brasil, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, PPG-DRS.

renováveis”, com 51,56%, e as “Novas tecnologias e hábitos de consumo”, com 51,53%. Concluiu-se que os luteranos são conservadores, de direita, mas apresentam um alto índice de preocupação com as questões ambientais e o desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: Migração; Ideologia; Luteranos; Desenvolvimento Rural Sustentável.

Abstract: The work investigated the ideological and environmental sustainability positions among Lutherans in the microregion of Marechal Cândido Rondon, in the extreme west of Paraná. With a qualitative and quantitative approach, it focused on Lutherans from the post-migratory process from the 1950s to the 1980s, for which women and men were considered. The results attested that 54.28% of women are conservative, on the right, with indices of 83.33% on questions related to drugs and 80.33% on religion, and that 66.31% of men are conservative, on the right, with rates of 85.71% in matters of liberalization of gun ownership, 85.71% in the criminalization of drug use, 82.14% on the causes of crime and 75% on the importance of religion in human behavior. In questions related to sustainable rural development, 93.75% affirmed the need for sustainable development practices, indicating the priority of themes to “Recovery of sources and springs”, with 59.37%, “Sustainable rural development” with 53, 12%, the “Concept of energy and renewable resources”, with 51.56%, and the “New technologies and consumption habits”, with 51.53%. The conclusion is that Lutherans are conservative, on the right, but have a high level of concern with environmental issues and sustainable rural development.

Keywords: Migration; Ideology; Lutherans; Sustainable Rural Development.

Introdução

De um modo geral a migração é quase sempre um fenômeno forçado. A opção espontânea dá-se muito excepcionalmente. Como fenômeno forçado é consequência de necessidades de sobrevivência. O Brasil constitui-se historicamente de processos migratórios de índios, negros e europeus. Por isso a migração, enquanto busca de novos locais ou espaços não ocorre como atração, mas é fruto de expulsão. Trata-se de contingentes humanos vistos como peças no jogo econômico, político e social de seus países de origem.

Na década de 1930 entrou em declínio o modelo agroexportador brasileiro. O capital acumulado na exploração da terra passou a ser usado para promover a industrialização do país. Desenvolveu-se uma burguesia urbana a partir da burguesia rural em crise. Atraiu-se capital estrangeiro para o desenvolvimento da indústria e a tentativa de solucionar a crise econômica. Consolidou-

se a relação de dependência do Brasil através da dependência tecnológica das multinacionais.

A base do modelo econômico brasileiro sempre teve na expropriação do trabalho alheio o acúmulo do capital. A lei básica do capitalismo é a subjugação do trabalho. As riquezas produzidas pelo trabalho aparecem como frutos para o capital ao apropriar-se da força de trabalho do trabalhador/a. José de Souza Martins² faz uma diferenciação entre a propriedade privada capitalista e a propriedade privada familiar. A propriedade capitalista segue a lógica do capital calcada na exploração do trabalho alheio. A propriedade familiar tem a produção como fruto do próprio trabalho dos membros da família.

Com o ingresso no país do capital estrangeiro houve a implantação de uma maior tecnologia a nível químico, mecânico e de informática no meio rural. Como consequência os resultados foram diversos sobre a diminuição de empregos e oferta de novos postos de trabalho. Neste contexto, a realidade forçou aos agricultores a criar paliativos como cooperativas, associações e sindicatos para enfrentar as contradições do sistema.

A terminologia para agricultores familiares no século XX era “pequeno agricultor”, hoje conhecido como agricultor familiar. Na década de 80 os pequenos agricultores eram responsáveis pela produção de 60 % dos alimentos que compunham a cesta básica de então. E dentre esses, 20 % era produzido por posseiros.

Neste processo migratório também estão inseridos os luteranos, que possuem longa tradição migratória desde sua saída da Europa. Por isso, inicialmente a pesquisa apresenta uma revisão da literatura sobre a migração, suas causas, seu fenômeno e sua efetividade na região Oeste do Paraná como um olhar mais específico sobre a presença e o envolvimento de luteranos neste processo migratório para a microrregião de Marechal Cândido Rondon.

Na segunda parte do texto apresentamos os resultados da pesquisa e suas discussões sobre as opções ideológicas dos luteranos na microrregião de Marechal Cândido Rondon, enquanto uma região formada a partir de um processo migratório ocorrido na segunda metade do século XX.

1. A migração para o oeste do Paraná

² MARTINS, J. de S. *Expropriação e violência*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

Na migração interna no Brasil, o Estado do Paraná tornou-se um exemplo histórico peculiar. De lugar atrativo nas décadas de 40 a 60 do século XX, tornou-se território de expulsão a partir da década de 1970, período no qual 82 mil pequenas propriedades rurais foram “engolidas” pelo latifúndio. Depois da mata derrubada e as terras limpas para a grande produção agrícola mecanizada, as terras tornavam-se alvo do interesse econômico do latifúndio.

Em termos migratórios, o período de atração para o Oeste do Paraná deu-se primordialmente entre a década de 60 e de 70. Neste período deu-se inicialmente a denominada “limpeza da área”, sob vários aspectos. Tanto a retirada da floresta quanto a expulsão dos posseiros. Foi uma fase muito violenta. Muitas madeireiras entraram na região com o objetivo de explorar a madeira e acelerar o desmatamento, que ocorreu de forma muito desordenada. As primeiras culturas agrícolas produzidas na região, a hortelã e o café, demandavam importante contingente de mão-de-obra que significava motivo de atração.

O Estado, na sua função de serviço ao grande capital, promoveu a colonização entregando grandes quantias de “terras devolutas”³ às empresas colonizadoras, possibilitando a elas fazerem os assentamentos ao sabor dos seus interesses. Com boa infraestrutura dos projetos, os colonos foram assentados conforme seu lugar de procedência e seu credo religioso para manter seus laços culturais.

Os agricultores que ocuparam a região Oeste do Paraná eram, na sua maioria, sulistas (oriundos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e nortistas (provindos do Norte do Paraná, São Paulo e Minas Gerais). Os migrantes do Norte vieram mais especificamente atrás de um pedaço de terra, enquanto os sulistas já traziam a tradição da propriedade familiar com base na imigração européia. O fato de se plantar café nesta região foi, certamente, um dos focos de atração para os migrantes do Norte, por esta cultura agrícola lhes ser familiar. Já os migrantes do Sul miravam na qualidade de solos e o tipo de clima que eram bastante favoráveis à produção inicial de milho e feijão.

No momento da expulsão, ao contrário da atração, o preço das terras alcançava um patamar elevado. Outro fator que teve papel

³ “Terras devolutas são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que, em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse. O termo “devoluta” relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado” (FERREIRA, R. *O que são terras devolutas?* O ECCO. Dicionário Ambiental. 2013. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27510-o-que-sao-terras-devolutas/>. Acesso em: 19/05/2019).

importante no processo de expulsão de pequenos agricultores foi a mecanização da agricultura, o seja, a entrada da tecnologia no campo. Um terceiro fator que naquela época colaborou com esse processo de expulsão foi a própria política governamental através da criação de “incentivos fiscais” para os grandes produtores e a garantia de preços para os produtos de exportação. Além disso, essas políticas governamentais indiretamente incentivaram uma agricultura predatória que, ao causar o desgaste da terra o que colaborou com a migração.

No ciclo migratório que ocorreu no Oeste do Paraná, e que durou aproximadamente 25 anos, com menos de 20 anos já registrou processos de expulsão. Os agricultores e migraram para o oeste do Paraná tinham um “espírito empreendedor” (de pioneirismo). Mas este não foi o principal motivo que levou as essas a migrarem. Antes, o que forçou a migração foi a carência de uma tecnologia voltada às necessidades aos agricultores familiares; o crescimento populacional que expulsava os trabalhadores do campo; a propaganda ideológica feita pelas companhias colonizadoras e o sonho do pequeno agricultor de enriquecer em se tornar um empresário rural.

Neste sentido, a publicação de um livro, “*Ficando rico no Oeste do Paraná*”, de dados sobre a migração de luteranos para o Oeste do Paraná é *sui generis*. A obra, que é um relatório de nomes e datas do período mais efervescente da migração, está desprovida de uma discussão sobre o próprio significado dos dados e causas, consequências e dificuldades do processo migratório para esta região. O próprio autor justifica esta ideologia na introdução do livro: “O título ‘Ficando Rico no Oeste do Paraná’ quer mostrar as diversas possibilidades de poder enriquecer, tanto no sentido material, como cultural, social, histórico, mas especialmente espiritual. Só aquele que cultiva a preguiça mental se exclui dessas riquezas”⁴.

Sem dúvida, pelo menos entre as pessoas ligadas a denominação religiosa luterana, esta declaração de entrada se inscreve nesta propaganda ideológica que levou pessoas e entrar na busca por novos espaços rurais ofertados pelas colonizadoras. Considera-se neste caso a primeira edição do livro que foi no início da década de 1970, sendo que a passagem acima citada é da reedição que ocorreu em 2008. Neste sentido, na sua originalidade, foi um verdadeiro panfleto propagandístico para a migração, pois além de

⁴ PAWELKE, J. C. *Ficando rico no oeste do Paraná*. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2008.

prometer a “possibilidade de enriquecer” no oeste do Paraná, relatava um sem número de nomes de família já moradoras da região, o que encorajava o arriscar-se para novas levas de imigrantes.

Outro fator que forçou a migração foi o endividamento dos agricultores familiares daquele período junto aos bancos, causado, em grande medida, pelo consumo exagerado de maquinários adquiridos através de financiamentos nem sempre favoráveis aos agricultores.

Entretanto, por causa da propaganda, acabaram deslocando-se para a nova região mais gente do que se esperava, fazendo com que estes tivessem que se instalar em áreas de terras cuja documentação nem sempre estava em boa condição de segurança jurídica. Esta situação impediu essas pessoas de revender suas terras e, conseqüentemente, se viram forçadas a permanecer por mais tempo nas mesmas. Já nas áreas que tinham boa documentação, muito cedo famílias vendiam, por diferentes razões suas novas propriedades para seguir sua sina de migrantes⁵, iniciando um processo de concentração de terras na região.

O maior celeiro de migrantes para o estado do Paraná foram os nortistas, preponderantes de origem mineira (MG). Também vieram alguns da Bahia e, na década de 60, alguns do Espírito Santo. Esta leva de migrantes nortistas trouxe para o oeste paranaense as culturas do café, do algodão e da hortelã. Diferentemente dos sulistas, que trouxeram a cultura de serem donos de pequenas propriedades, os migrantes do Norte arrendavam as terras dobradas para o plantio do café, e áreas de terras deixadas pelos fazendeiros para desenvolver o plantio da hortelã. Esse tipo de cultura servira aos interesses do agronegócio em formação no período, pois em

⁵ Na primeira metade da década de 80 ocorreu um fluxo migratório do Paraná para o Paraguai. Para maiores informações sobre este movimento de gentes, consultar: Padovani, L. Brasileiros no Paraguai. In: MIGRANTES: Êxodo forçado. CEM. São Paulo: Paulinas, 1980, pp. 42ss.; D'ÁNGELIS, W. R., MAZAROLLO, J. A migração brasileira no Paraguai. In: Cadernos de Justiça e Paz. N. 2, pp. 7ss. E para referências especificamente sobre os luteranos consultar: PARAGUAI. Terra para os paraguaios. JOREV. Jornal Evangélico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo, RS, 1 a 15 de janeiro de 1985, p. 8. GIESE, Nilton. Brasiguaios acampam ao lado da Prefeitura de Mundo Novo. JOREV. Jornal Evangélico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo, RS, 21 de julho a 3 de agosto de 1985, p. 7.; GIESE, Nilton. Não são desordeiros. JOREV. Jornal Evangélico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo, RS, 18 a 31 de agosto de 1985, p. 11.

apenas quatro anos a cultura da hortelã se extinguiu, deixando a terra totalmente limpa para seu uso com produção sustentada na mecanização. Essa realidade, portanto, demarcava novos processos migratórios, fazendo que se constituísse em processo de atração e novas expulsões.

A emigração do Oeste paranaense na segunda metade da década de 70 está bem configurada no exemplo de um de seus municípios da mesorregião. A tabela abaixo registra, a partir da história da região, esse movimento de atração e nova expulsão de contingentes populacionais.

Ano	1950	1960	1970	1975	1980	2018
Nº Habitantes	16.421**	135.677**	768.271**	1.400.000*	1.009.432**	1.309.564***
Estabelecimentos agrícolas	387*	13.985*	82.570*	91.133*	75.389*	42.511****

Tabela 1 – Migração e expulsão no oeste do Paraná

Fonte: EST*,1988; Rippel, 2005**; PTI, 2018***; O Paraná, 2018****.

Inicialmente o decréscimo populacional no Oeste do Paraná deu-se pela erradicação do café a partir de 1968. Os fatores foram diversos: incentivos governamentais para arrancar as plantações de café com o objetivo de manter o preço do mercado; a grande queimada de matas e lavouras de 1969; a nova técnica de plantio de café que reduziu o número de 4 famílias trabalhadoras para apenas duas em uma área de 20 hectares.

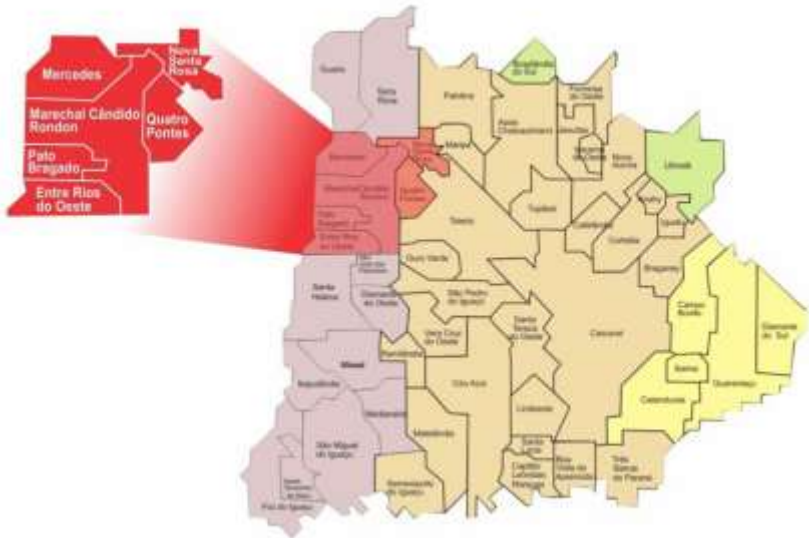
Atualmente a região Oeste do Paraná é composta de 54 municípios que se articulam como uma associação denominada de Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP). É neste contexto que se insere nossa pesquisa sobre o pensamento luteranos da atualidade sobre questões ideológicas, religiosas, sociais e ambientais.

2. A microrregião de Marechal Cândido Rondon

A microrregião de Marechal Cândido Rondon foi constituída de cultura predominantemente germânica em sua fase de colonização inicial. Nos anos de 1980, em consequência da construção da hidrelétrica de Itaipu Binacional, essa região perdeu várias comunidades com suas terras, dentre as quais Porto Mendes Gonçalves e Porto Alica. Estes portos faziam o escoamento da madeira extraída pela empresa Mate Laranjeira, antes da ocupação

das terras por colonos vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, territórios distribuídos pela colonizadora Maripá⁶.

Figura 1: Mapa da Região Oeste do Paraná – em destaque a microrregião de Marechal Cândido Rondon



Fonte: Koppe, Ahlert, Carniatto, 2018: p. 260.

Com a construção da Usina de Itaipu foram afetadas 6.913 propriedades rurais, incluindo seis áreas de reserva indígena e 1606 propriedades urbanas da população dos municípios afetados. A microrregião em análise perdeu 1.390 propriedades rurais e 76 propriedades urbanas, impactando 10.600 pessoas, o que representou 17% de sua população e 12% de sua.⁷

Hoje, a economia dessa região está assentada na diversidade de atividades com predominância agrícola, e com um incremento da pecuária e das indústrias de transformação (cereais, animais, etc.). Mas a agricultura desempenha o papel mais importante da economia dos municípios, e a agropecuária é mantida em propriedades familiares. A dedicação é essencialmente voltada à produção agrícola em regime de pequena e média propriedade. A principal economia estava baseada no extrativismo entre os anos de 1946 a 1959. Com a

⁶ HUBNER, C. W. *Estudo para o desenvolvimento do turismo, turismo rural e roteiros turísticos em Marechal Cândido Rondon*. Marechal Cândido Rondon: Secretaria de Indústria Comércio e Turismo, 2010.

⁷ WEIRICH, U. L. *História e atualidades: perfil de Marechal Cândido Rondon*. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2004.

chegada dos migrantes, na década de 1960 a agricultura experimentou acelerada modernização que, por sua vez, intensificou o fluxo de migrantes para a região até meados de 1979. Mas com o represamento do rio Paraná para a formação do Lago de Itaipu os problemas sociais e econômicos iniciaram a “expulsão” de pequenos proprietários de suas terras⁸.

A microrregião de Marechal Cândido Rondon foi colonizada pela Companhia Maripá, que instituiu um tamanho padrão para as propriedades urbanas e rurais e também um plano piloto de município. A influência cultural mais marcante (Alemã, Italiana, Polonesa e outras) vieram principalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina no ano de 1946 com base na pequena propriedade familiar⁹.

Atualmente a economia se baseia na agropecuária (soja, mandioca, milho, frutas fumo, feijão, aveia, arroz, amendoim, gado bovino de leite, aves, suínos, silvicultura, pesca), na agroindústria (laticínios, alimentos, proteína animal), na indústria (extrativa construção, transformação, móveis, alimentos) e nos serviços, principalmente.

3. Os migrantes evangélicos de confissão luterana no Oeste do Paraná

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB¹⁰ participou ativamente no processo migratório para o oeste do Paraná. A instituição religiosa estimulou membros de sua agremiação para ocupar espaços nas áreas oferecidas pelas empresas colonizadoras. Chegando nessas novas áreas de colonização, a igreja acompanhava seus membros prestando assistência espiritual e na

⁸ FERRARI, W. J. *A expansão territorial urbana de Marechal Cândido Rondon-PR: a produção da cidade a partir do campo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

⁹ FERRARI, 2009.

¹⁰ **“O que é a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)?** É o convívio de pessoas por ela batizadas ou admitidas, diferentes umas das outras, todas elas, no entanto, chamadas para viverem seu Batismo. [...] Somos, desta forma, Igreja de Jesus Cristo no Brasil. Segundo a lei de nosso país, somos, como entidade civil, uma associação religiosa constituída por comunidades evangélicas e organizada legalmente em paróquias e sínodos” (IECLB. *Nossa Fé - Nossa Vida*. Guia da vida comunitária na IECLB. 8 ed. São Leopoldo: Sinodal, 2011. Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/conteudo/nossa-fe-nossa-vida-o-que-e-a-ieclb>. Acesso em: 30/05/2019).

estruturação de novas comunidades. Esta estratégia, por sua vez, retroalimentava o fluxo migratório dos luteranos.

Uma pesquisa sobre a presença dos evangélicos luteranos no Oeste do Paraná publicada por Schallenberger e Colognese atesta esta hipótese que, como primeiro motivo, indicam para as relações familiares, comunitárias e religiosas:

A pesquisa indica que o maior contingente populacional veio para o Oeste do Paraná motivado pelo parentesco e por membros da comunidade que migraram e que haviam tido vínculos fortes de vizinhança. [...] A segunda razão apontada indica a existência de comunidades da IECLB como atrativo para a busca de novas fronteiras e de um novo habitat¹¹.

Esta atuação da igreja foi usada pelas companhias colonizadoras para valorizar estas áreas. A igreja estimulava seus membros, diante da falta de perspectivas em suas comunidades de origem de conseguir terras para novos membros das famílias a arriscarem com a migração para novos espaços. Para isso usava-se a propaganda em suas comunidades com *slydes* e jornais e através de rádios locais. “Para a divulgação da Marcha para o Oeste todo o aparato institucional do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi usado, com uma infinidade de publicações e programas de rádio incentivando o andamento da Marcha para o Oeste”¹². A pesquisa da autora ainda aponta para a estreita relação entre as empresas de colonização e as comunidades de imigrantes europeus como potenciais contingentes populacionais para novos processos migratórios.

As empresas de colonização possuíam estratégias de mensagens para incentivar a migração dos colonos, valendo-se dos mais modernos recursos audiovisuais da época, como rádio – no qual se liam cartas dos migrantes que teriam prosperado – e também jornais, como o *Jornal da Terra*, de Tenente Portela (RS) (uma das cidades de onde os migrantes partiram), que lembrava que o gaúcho era “filho do imigrante”, rememorando datas importantes, como um “novo 25 de julho”, data de comemoração do começo da colonização alemã no Brasil (Tavares dos Santos, 1993)¹³.

¹¹ SCHALLENBERGER, E., COLOGNESE, S. A. *Migrações e comunidades cristãs: o modo de ser evangélico-luterano no Oeste do Paraná*, Toledo: Edt, 1994, p. 38.

¹² OLIVEIRA, N. A. de. Políticas migratórias e a formação de identidades sociais em Nova Xavantina (MT). *História Unisinos*, vol. 22, n. 2, p. 240-253, Maio/Agosto. 2018, P. 243. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/viewFile/htu.2018.22.08/60746315>. Acesso em 27/05/2019.

¹³ OLIVEIRA, 2018: p. 249.

A nível de instituição a característica dos trabalhos da IECLB no processo migratório para o Oeste do Paraná foi o de fundar comunidades em clima de pioneirismo. Mas em relação as colonizadoras, a igreja não teve nenhum posicionamento crítico.

4. Metodologia

A presente pesquisa constituiu-se como de nível descritiva, através da qual se buscou descrever as características do pensamento luterano de uma microrregião constituída de seis municípios da região Oeste do Paraná. Segundo Gil, “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados”.¹⁴

A abordagem da pesquisa caracteriza-se como qualitativa ao articular a qualificação com a quantificação da coleta de dados, onde a análise estatística é quantificada com base o número de pessoas convidadas para a pesquisa, através de tabelas. Segundo Pedro Demo, “[...] a avaliação qualitativa que souber se cercar inteligentemente de base empírica, mesmo porque qualidade não é a contradição lógica da quantidade, mas a face contrária da mesma moeda”¹⁵. A relação entre quantidade e qualidade ocorre pelo fato “[...] de analisar a mudança contínua, lenta ou a descontínua, através de ‘saltos’. [...] A mudança qualitativa não é obra do acaso, pois decorre necessariamente da mudança quantitativa”¹⁶.

Para focar o olhar sobre os luteranos do pós-processo migratório das décadas de 1950 a 1980, nas suas formas de pensar e expressar suas concepções religiosas, ideológicas e ambientais, foram considerados luteranos do sexo feminino e masculino da microrregião de Marechal Cândido Rondon, no extremo oeste do estado do Paraná.

Para a pesquisa com os luteranos utilizou-se como instrumento um questionário com 23 perguntas ordenadas, abrangendo 3 eixos: a) Perfil demográfico, b) Opção ideológica, e c)

¹⁴ GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2008, p. 28.

¹⁵ DEMO, P. *Avaliação qualitativa*. 7.ed. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 35.

¹⁶ LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 103-104.

Posição sobre as questões ambientais e o desenvolvimento rural sustentável. O questionário sobre o perfil ideológico foi adaptado do questionário online “Qual é o seu Perfil Ideológico”, (Folha de São Paulo, 2013)¹⁷, que, segundo o Site Charlezine – Conteúdo Inteligente, foi

[...] criado pelo Data Folha para aplicar esse tipo de pesquisa no Brasil é uma adaptação de pesquisas internacionais. Este teste para a *internet* foi elaborado com base no questionário do instituto. Já os agrupamentos ideológicos foram feitos a partir da tipologia política do *Pew Research Institute* em estudos sobre o comportamento político (<http://charlezine.com.br/teste-perfil-ideologico/>).

O questionário foi respondido por 64 pessoas, sendo 36 do sexo feminino e 28 do sexo masculino, em sua maioria lideranças de grupos e comunidades evangélicas da região em análise, entre os meses de março e maio de 2019. A forma de eleição do público alvo deu-se mediante presença dos mesmos em reuniões comunitárias. O questionário foi acompanhado por um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TECLE), como parte integrante do Programa de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

5. Resultados e Discussão

5.1 Ideologia e sustentabilidade ambiental entre luteranos no extremo oeste do Paraná

A pesquisa teve como objetivo conhecer as posições religioso-comportamentais, a visão sobre sustentabilidade ambiental e as opções ideológicas dos luteranos na microrregião de Marechal Cândido Rondon, no extremo Oeste do Paraná, enquanto uma região formada a partir de um processo migratório ocorrido na segunda metade do século XX.

5.2 Pensamento ideológico dos luteranos na microrregião de Marechal Cândido Rondon

O pensamento ideológico foi pesquisado através de questões polêmicas diante dos quais os entrevistados foram convidados a se posicionar. Esses temas versam sobre posse de armas, movimentos migratórios, homossexualidade, origem da pobreza, aplicação de pena de morte para pessoas que cometem crimes, objetivos dos

¹⁷ <http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2013/10/78574-qual-e-a-sua-ideologia.shtml> .

sindicatos, sobre as causas da criminalidade, sobre o uso de drogas e sobre a religião na vida das pessoas.

Tabela 2 – Escala de valores liberais (esquerda) e conservadoras (direita) segundo as proporções de mulheres luteranas:

LIBERAIS (ESQUERDA)%	OPÇÃO	TEMAS POLÊMICOS	OPÇÃO	CONSERVADORES (DIREITA)%	NÃO RESPONDE RAM/ANULARAM
38,88%	Deve ser proibida, pois ameaça a vida de outras pessoas.	1. POSSE DE ARMAS	Arma legalizada deve ser um direito do cidadão para se defender.	61,11%	
57,77%	Pobres que migram contribuem com o desenvolvimento.	2.MIGRAÇÃO	Pobres que migram acabam criando problemas para a cidade.	41,66%	5,55%
66,66%	Deve ser aceita por toda a sociedade.	3.HOMOSSEXUALIDADE	Deve ser desencorajada por toda a sociedade.	25%	8,33%
63,88%	Boa parte está ligada à falta de oportunidades iguais.	4.POBREZA	Boa parte está ligada à preguiça de pessoas que não querem trabalhar.	36,11%	2,77%
38,88%	Não cabe, mesmo que a pessoa tenha cometido um crime grave.	5.PENA DE MORTE	É a melhor punição para indivíduos que cometem crimes graves.	58,33%	2,77%
41,66%	São importantes para defender os interesses dos trabalhadores.	6.SINDICATOS	Servem mais para fazer política do que para defender os trabalhadores.	58,33%	
44,44%	A maior causa é a falta de oportunidades iguais para todos.	7.CRIMINALIDADE	A maior causa é a maldade das pessoas.	50%	5,55%
44,44%	Aqueles que cometem crimes devem ser reeducados.	8.ADOLESCENTES	Aqueles que cometem crimes devem ser punidos como adultos.	57,77%	8,33%
16,66%	Uso não deve ser proibido, pois o usuário é o mais penalizado.	9.DROGAS	Uso deve ser proibido, pois a sociedade é a mais	83,33%	

19,44%	Acreditar em Deus não necessariamente torna uma pessoa melhor.	10.RELIGIÃO	penalizada. Acreditar em Deus torna as pessoas melhores.	80,55%	
---------------	--	--------------------	---	---------------	--

Fonte: O autor, 2019.

Segundo a tabela acima, as mulheres são mais conservadoras no tema religião e no posicionamento diante das drogas. A maioria também defende a legalização e o direito do uso de armas. A maior tolerância das mulheres está na questão do homossexualismo e a pobreza.

Tabela 3 – Proporção geral de mulheres liberais e conservadoras

LIBERAIS (ESQUERDA)%	CONSERVADORES (DIREITA)%	NÃO RESPONDERAM /ANULARAM
42,42%	54,28%	3,30%

Fonte: O Autor, 2019.

Os dados apontam que o pensamento ideológico das mulheres luteranas é conservador, de direita, em sua maioria.

Tabela 4 – Escala de valores liberais (esquerda) e conservadores (direita) segundo as proporções de homens luteranos:

LIBERAIS (ESQUERDA)%	OPÇÃO	TEMAS POLÊMICOS	OPÇÃO	CONSERVADORES (DIREITA)%	NÃO RESPONDERAM/ANULARAM
7,14%	Deve ser proibida, pois ameaça a vida de outras pessoas.	1. POSSE DE ARMAS	Arma legalizada deve ser um direito do cidadão para se defender.	85,71%	3,57%
35,71%	Pobres que migram contribuem com o desenvolvimento.	2.MIGRAÇÃO	Pobres que migram acabam criando problemas para a cidade.	42,85%	21,42%
42,85%	Deve ser aceita por toda a	3.HOMOSSEXUALIDADE	Deve ser desencorajada por	35,71%	21,42%

	sociedade .	XUALIDADE	toda a sociedad e.		
39,28%	Boa parte está ligada à falta de oportunidades iguais.	4.POBREZA	Boa parte está ligada à preguiça de pessoas que não querem trabalhar .	53,57%	7,14%
25%	Não cabe, mesmo que a pessoa tenha cometido um crime grave.	5.PENA DE MORTE	É a melhor punição para indivíduos que cometem crimes graves.	60,72%	14,28%
17,85%	São importantes para defender os interesses dos trabalhadores.	6.SINDICATOS	Servem mais para fazer política do que para defender os trabalhadores.	75%	7,14%
10,71%	A maior causa é a falta de oportunidades iguais para todos.	7.CRIMINALIDADE	A maior causa é a maldade das pessoas.	82,14%	7,14%
21,42%	Aqueles que cometem crimes devem ser reeducados.	8.ADOLESCENTES	Aqueles que cometem crimes devem ser punidos como adultos.	64,30%	14,28%
7,14%	Uso não deve ser proibido, pois o usuário é o mais penalizado.	9.DROGAS	Uso deve ser proibido, pois a sociedade é a mais penalizada.	85,71%	7,14%

17,85%	Acreditar em Deus não necessariamente torna uma pessoa melhor.	10.RELIGIÃO	Acreditar em Deus torna as pessoas melhores	75%	7,14%
--------	--	--------------------	---	-----	-------

Fonte: O autor, 2019.

Entre os homens luteranos está o posicionamento mais fortemente conservador, de direita, e se manifesta nas questões da liberalização da posse de armas com 85,71%, a criminalização do uso de drogas, 85,71%, a compreensão sobre a origem da criminalidade com 82,14% e seu posicionamento quanto a importância da religião no comportamento humano com 75% das afirmativas.

Tabela 5 – Proporção geral de homens liberais e conservadores

LIBERAIS (ESQUERDA)%	CONSERVADORES (DIREITA)%	NÃO RESPONDERAM/ANULARAM
22,58%	66,31%	11,11%

Fonte: O Autor, 2019.

Os dados acima atestam que o homem luterano na região em estudo é majoritariamente conservador, de direita. Mais de 66% evidenciam opiniões sobre questões polêmicas na perspectiva de uma postura fortemente conservadora. E, neste sentido, superam em 12 pontos percentuais o conservadorismo assumido pelas mulheres luteranas. São, portanto, mais conservadores do que as mulheres nas questões de liberação do uso de armas, das posições diante da homossexualidade, das origens da pobreza, no apoio a pena de morte, na visão contra o sindicalismo, na origem da criminalidade, na forma de enfrentar o uso de drogas e na forma de compreender a religião.

Tabela 6 – Proporção geral de luteranos liberais e conservadores

LIBERAIS (ESQUERDA)%	CONSERVADORES (DIREITA)%	NÃO RESPONDERAM/ANULARAM
33,8%	59,6%	6,6%

Fonte: O Autor, 2019.

Estes dados testificam as posições conservadoras, de direita, dos evangélicos de confissão luterana na microrregião de Marechal

Cândido Rondon, Oeste do Paraná. Migrantes e descendentes de migrantes estes luteranos tornaram-se conservadores após conquistarem seus espaços e conquistas, ou ideia de conquistas, aqui na região.

Já na década de 1990 isto estava evidenciado na literatura, conforme Schallenberger e Colognese. Ao pesquisarem os aspectos mais valorizados na religiosidade dos luteranos, identificaram uma tendência religiosa que valorizava mais as questões de culto e de ritos de passagem do que “elementos de afinidade comunitária”¹⁸. Na mesma proporção, segundo estes pesquisadores, constataram que este segmento de migrantes dava seu menor valor às questões políticas e sociais, como a problemática dos “sem terras”¹⁹, por exemplo.

Os resultados da pesquisa na literatura confirmam as posturas conservadoras detectadas pela nossa pesquisa. Este conservadorismo decorre de uma religiosidade individualista e de pouco engajamento na vida comunitária e social deste público. A pesquisa da década de 1990 atestava que,

Considerando que, tanto o comparecimento aos cultos quanto aos ritos de passagem, não incluem necessariamente a vivência comunitária entre os membros, percebe-se que 54,5% dos membros da IECLB mantém uma forma de vinculação à Igreja que pode ser caracterizada pela acentuação das relações verticais e individuais com Deus, e pela desconsideração dos aspectos comunitários de ligação entre os membros da Igreja. Aliás, isto pode ser percebido, inclusive, por que apenas 7,2% dos entrevistados responderam que sua forma de participação se caracteriza pelo engajamento nos movimentos de pastoral popular em geral, que supõe a partilha de certos ideais comunitários.²⁰

Desta forma, a literatura sobre o tema confirma a postura ideológica conservadora, de direita, dos luteranos migrantes e descendentes de migrantes na microrregião de Marechal Cândido Rondon, Oeste do Paraná, berço da migração interna no Brasil de luteranos em meados do século XX.

Importância das questões ambientais e do desenvolvimento rural sustentável entre evangélicos de confissão luterana da microrregião de Marechal Cândido Rondon

A migração para esta região transformou profundamente a realidade do espaço aqui existente. O modelo de colonização se estruturou fortemente sobre a agricultura familiar, um sistema de

¹⁸ SCHALLENBERGER, E.; COLOGNESE, S. A. 1994, p. 68-69.

¹⁹ SCHALLENBERGER, E.; COLOGNESE, S. A. 1994, p. 69.

²⁰ SCHALLENBERGER, E.; COLOGNESE, S. A. 1994, p. 71.

produção de base familiar que surgiu no Brasil apenas no século XX. Trata-se de um instrumento de novos valores para o meio rural, na tentativa de corrigir os erros no tratamento da pequena agricultura por cópias dos países ricos. Objetivou-se superar a ideia de “pequena produção” para um novo ciclo de desenvolvimento da agricultura familiar denominado de “Novo Rural Brasileiro”, que defendia que a área rural brasileira não se restringe mais àquelas atividades voltadas para a agropecuária e a agroindústria.²¹

Entretanto, Sorj alerta para as mudanças que essa modernização produziu na agricultura familiar,

[...] embora a produção familiar não seja gerada nem exista na sua especificidade, porque a “lógica do capital” assim o determina, ao mesmo tempo, ela não fica alheia à dinâmica envolvente da acumulação capitalista que vai minando lentamente as especificações sócio-econômicas e a autonomia que a pequena produção teve anteriormente.²²

Por isso, para Sachs²³ (2008), o padrão de modernização aplicado à grande agricultura aplicado à pequena propriedade rural significou uma catástrofe. Acredita que a consolidação e a modernização da agricultura familiar, deve ser parte de uma estratégia de desenvolvimento, com a criação de empregos não-agrícolas nas imediações e a diversificação das atividades econômicas dos estabelecimentos da agricultura familiar, com a agregação de valor por meio do processamento dos produtos primários.

No Brasil encontramos uma primeira referência mais conceitual na legislação que definiu a propriedade familiar no Estatuto da Terra (Lei nº. 4.504 de 30 de novembro de 1964), no artigo 4º, II, que estabeleceu os critérios que identificam uma propriedade como familiar:

Propriedade familiar é o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros²⁴.

²¹ LUSTOSA, M. das G. O. P. *Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 47.

²² SORJ, B. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro. Guanabara, 2008, p. 64-65.

²³ SACHS, I. *Desenvolvimento – incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro. Garamond, 2008.

²⁴ BRASIL. *Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964*. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, 30 nov. 1964.

Em encontro, a Lei nº. 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, dispõe no artigo 4º, II que a pequena propriedade é o imóvel rural com área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais²⁵. Para se chegar ao valor do módulo regional, leva-se em consideração em seu cálculo o valor do módulo fiscal. Em Marechal Cândido Rondon - PR o módulo fiscal corresponde a 18 hectares (ha), de acordo com a Instrução Especial do Incra nº. 20, de 28 de maio de 1980²⁶.

No final da década de 90, Abramovay desenvolveu um conceito mais preciso:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas.²⁷

Em resumo, a unidade de produção do tipo familiar é aquela que tem na agricultura sua principal fonte de renda e que utiliza a mão de obra familiar para o desenvolvimento das atividades, mesmo que ocorra a utilização temporária do emprego de terceiros

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 23 jul. 2019.

²⁵ BRASIL. *Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993*. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. 25 fev. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm>. Acesso em: 23 jul. 2019.

²⁶ INCRA – Instituto Nacional de colonização e reforma agrária. 1980. *Instrução Especial/INCRA/Nº 20, de 28 de maio de 1980*. Estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980. 28 maio 1980. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/129-instrucao-especial-n-20-28051980> Acesso em: 03 mar. 2019.

²⁷ ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998, p. 146. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932/5051>>. Acesso em: 03 de março de 2019.

Numa perspectiva legal, a atual legislação estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar através da Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que define com muita clareza a agricultura familiar:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.²⁸

A agricultura familiar é um campo onde o agricultor e a agricultora constroem sua própria história, na prática e no planejamento administrativo do meio rural, hoje inseridos na sociedade moderna, com o desafio diário de adaptar-se a um desenvolvimento rural sustentável.

Por isso, onde antes da colonização tudo era selva, hoje a região é uma importante produção agrícola. Daí um dos objetivos de nossa pesquisa buscar identificar a percepção dos luteranos sobre a importância do desenvolvimento sustentável. “O conceito de sustentabilidade surgiu há algumas décadas para mostrar as preocupações sobre a gravidade dos problemas ambientais, que evidenciam os riscos que o Planeta Terra demonstra para as condições de vida no mesmo”.²⁹

O termo tornou-se significativo a partir do Relatório Brundland,

²⁸ BRASIL. *Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 24 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm>. Acesso em: 14 abr. 2019.

²⁹ PREDIGER, C. L.; AHLERT, A. Ética e Educação Ambiental: Lugares Privilegiados na Apicultura. *Ensaios e Cienc.*, v. 22, n. 2, p. 70-78, 2018, p. 74. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com.br/index.php/ensaioeciencia/article/view/5550/4589>. Acesso em: 16 ago. 2019.

Aí aparece claramente a expressão “desenvolvimento sustentável”, definido como “aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas necessidades e aspirações”. Esta definição se tornou clássica e se impôs em quase toda a literatura a respeito do tema³⁰.

Com relação às questões do meio ambiente, Boff entende o conceito de sustentabilidade como um “modo de ser e de viver que exige alinhar as práticas humanas às potencialidades limitadas de cada bioma e às necessidades das presentes e futuras gerações”.³¹

Com base nesses elementos, Leonardo Boff constrói uma definição muito clara, precisa e ampla de sustentabilidade:

Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida, a sociedade e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que os bens e serviços naturais sejam mantidos e enriquecidos em sua capacidade de regeneração, reprodução e evolução.³²

Este conceito nos mostra que desenvolvimento requer uma mudança nas relações econômicas e sociais. “A crise socioambiental tem nos induzido a construir uma mudança de paradigma, a questionar os valores que movem o “progresso” econômico, a questionar o que sabemos sobre a vida, a natureza da vida e da sociedade” (Zonin, Ahlert: et al. 2017: p. 03)³³. Para se ter um desenvolvimento sustentado é necessário conservar os ecossistemas e os recursos naturais disponíveis. Devemos adotar um desenvolvimento que não mais exponha o patrimônio natural a maneiras de exploração que aumentem as diferenças sócio-econômicas, acabem com os recursos naturais e poluam o cenário

³⁰ BOFF, L. *Sustentabilidade: o que é: o que não é*. 5 ed. Revista e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 36.

³¹ BOFF, 2016, p. 17.

³² BOFF, 2016, p. 116.

³³ ZONIN, W. J.; AHLERT, A. et al. Ética, meio ambiente e desenvolvimento rural: questões que desafiam as ciências agrárias no Brasil. In: Zambom, M. A. et al. *Ciências agrárias: ética do cuidado, legislação e tecnologia na agropecuária*. Marechal Cândido Rondon, PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017, pp. 1-35, p. 03. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Marcos_Sarto3/publication/324215720_Adubacao_silicatada_na_cultura_do_milho/links/5ac52ce4a6fdcc051daf1ada/Adubacao-silicatada-na-cultura-do-milho.pdf#page=9 . Acesso em: 08 mar. 2021.

natural, deixando de pensar nas gerações futuras, mas adverso a isso, devemos exigir uma sociedade sustentável.

Apesar das posições ideológicas majoritariamente serem conservadoras, de direita, 93,75% dos luteranos afirmaram a importância e a necessidade de práticas de desenvolvimento sustentável na vida cotidiana.

Tabela 7 – Proporção de luteranos segundo importância e necessidade e práticas de desenvolvimento sustentável na vida cotidiana

Você considera o desenvolvimento sustentável como uma prática importante na vida cotidiana de todos os cidadãos?

Total	Sim	Não	Indiferente	Não responderam %
64	60 (93,75%)	//////////	4 (6,25%)	//////////
100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: O autor, 2019.

Com base nas afirmações acima, os entrevistados foram desafiados a escolher, mediante opções de múltipla escolha, os temas que consideram mais relevantes para a preservação do Meio Ambiente.

Tabela 12 – Proporção de luteranos segundo os Temas de preservação do Meio Ambiente considerados mais importantes, necessários e urgentes

Quais são os temas ligados à preservação do Meio Ambiente que você considera mais importantes, necessários e urgentes?		
Tema	Nº de indicações	Percentual %
Desenvolvimento rural sustentável	34	53,12%
Conceito de energia e recursos renováveis	33	51,56%
Agrotóxicos e meio ambiente	27	42,18%
Reserva legal	17	26,56%
Agricultura orgânica	29	45,31%
Recuperação de fontes e mananciais	38	59,37%
Produção e consumo de energia	19	29,69%
Impactos socioambientais relacionados à produção e consumo	16	25%

Cidades sustentáveis	21	32,81%
Desenvolvimento econômico	10	15,62%
Mudanças climáticas	9	14%
Solo, ar, água, epidemias (saúde do ser humano), poluição, alterações climáticas, degradação da natureza	28	43,75%
Políticas públicas de produção e conservação sustentáveis	20	31,25%
Novas tecnologias e hábitos de consumo	33	51,53%

Fonte: O autor, 2019.

Para melhor visualização das indicações dos entrevistados, vamos apresentar os resultados conforme a faixa de maior indicação à menor indicação de escolhas. As indicações de maior número atingiram a faixa a) com mais de 50% de escolhas. Nela se situam a “Recuperação de fontes e mananciais” com 59,37%, o “Desenvolvimento rural sustentável” com 53,12%, o “Conceito de energia e recursos renováveis” com 51,56% e as “Novas tecnologias e hábitos de consumo” com 51,53%.

Das quatro opções mais indicadas, três podem ser consideradas no contexto de um desenvolvimento calcado numa perspectiva de desenvolvimento economicista e tecnológico, o que permite depreender que o pensamento luterano está fortemente ligado ao desafio de produção e crescimento econômico, que é o modelo que esteve na origem do processo migratório denominado de “Ficando rico no Oeste do Paraná” e que continua sendo majoritariamente defendido e propalado nos meios de comunicação e informação midiáticos. Também se inscreve na ideologia mais conservadora, de direita, naquilo que ela admite como possibilidade e necessidade enquanto preservação do Meio Ambiente, o que está de acordo com a Tabela 6.

Na faixa b), com mais de 40% das indicações, tem apenas três temas elegidos: “Agricultura orgânica” com 45,31%, “Solo, ar, água, epidemias (saúde do ser humano), poluição, alterações climáticas, degradação da natureza” com 43,75% e “Agrotóxicos e meio ambiente” com 42,18%. Estes são temas mais caros de uma tendência liberal, de esquerda, no tocantes as questões ambientais.

A faixa c) se constitui nas opções “Cidades sustentáveis” com 32,81% e “Políticas públicas de produção e conservação sustentáveis” com 31,25% das indicações. Estes temas tem sido preocupações mais significativas no pensamento mais progressista,

isto é, de liberais de esquerda na política brasileira. O mesmo ocorre com as faixas d), “Produção e consumo de energia” com 29,69% das indicações, a “Reserves legal” com 26,56%, os “Impactos socioambientais relacionados à produção e consumo” com 25%, e a faixa e), “Desenvolvimento econômico” com 15,62% e “Mudanças climáticas” com 14% das opções assinaladas.

Considerações finais

O presente estudo nos leva a concluir que a colonização da microrregião de Marechal Cândido Rondon, no contexto da migração para o Oeste do Paraná em meados do século XX, não foi um feito heroico e ufanista como a história dos vencedores sempre procuram evidenciar. Foi, na realidade, um processo traumático marcado por exclusão, atração, exclusão, pois na região da origem para muitos já não havia alternativas, obrigando-os a migrar e, depois de sua atração para o novo espaço, novamente muitos se obrigaram a emigrar para novas regiões.

Constatamos que migração geralmente é um fenômeno forçado, decorrente da falta de terras para a sucessão na agricultura, na época, pelo elevado número de filhos e a impossibilidade de compra de novas áreas agricultáveis, pela pouca técnica no uso da terra e ausência de uma assistência técnica rural, pelas condições adversas para meeiros e pequenos agricultores. Portanto, basicamente suas causas foram e são econômicas: falta de terra, falta de perspectivas, de incentivo, de assistência técnica, de acesso a saúde e educação e, por outro lado, pela intensificação de uma agricultura modernizada pela tecnologia, pela descapitalização do pequeno agricultor e pela inviabilidade da prática de monocultura em pequenas propriedades. Uma segunda causa, interligada com a econômica são de ordem ideológica: falta de identidade como agricultor, atração pela propaganda das colonizadoras quanto as oportunidades nas novas áreas de colonização, instabilidade financeira como causa da instabilidade psicológica e das incertezas quanto ao futuro dos filhos.

Os migrantes evangélicos atraídos para o Oeste do Paraná foram estimulados a este empreendimento mediante estratégias de propaganda em jornais, rádios e igrejas, das quais participaram líderes religiosos que ajudaram a convencer e encorajar os luteranos e se transferir para a região ofertada pelos negócios das colonizadoras responsáveis pela demarcação e venda das áreas, como o registra o livro *Ficando rico no oeste do Paraná*.

Os resultados da pesquisa atestam que na atualidade a ampla maioria (84,4%) dos evangélicos luteranos possuem casa própria.

Que a proporção de luteranos que possuem formação acadêmica e de pós-graduação é de 39,2%, enquanto graduados, 20,3% com especialização e 1,56% com Mestrado, o que, considerando a tradição luterana com forte ênfase histórica na formação escolar e acadêmica, apenas 39% de graduandos significa uma certa perda de identidade luterana na perspectiva de uma formação de nível superior. Que o acesso a bens culturais ainda é frágil entre luteranos, pois na sua maioria são reféns de um sistema de informação televisiva apenas no segmento de TV aberta, altamente ideologizadora de comportamentos atrelados ao sistema de consumo capitalista. Que poucos luteranos são leitores, de livros, revistas e jornais de cunho mais formativo e informação mais qualificada.

Em termos de valores ideológicos, a pesquisa constatou que o pensamento ideológico das mulheres luteranas é conservador, de direita, em sua maioria (54,28%), para um percentual de 42,42% de liberais, de esquerda. As mulheres são mais conservadoras no tema religião e no posicionamento diante das drogas. A maioria também defende a legalização e o direito do uso de armas. A maior tolerância das mulheres está na questão do homossexualismo e do que consideram como a origem causa da pobreza.

Já os homens luteranos têm um posicionamento ideológico bem mais conservador, de direita, do que as mulheres. Nas questões da liberalização da posse de armas chega a 85,71%, na criminalização do uso de drogas, 85,71%, na compreensão sobre as causas da criminalidade com 82,14% e no posicionamento quanto a importância da religião no comportamento humano com 75% das afirmativas.

De um modo geral, praticamente 60% dos luteranos evidenciam opiniões sobre questões polêmicas na perspectiva de uma postura fortemente conservadora, o que está confirmado na literatura de meados da década de 1990, quando Schallenberger e Colognese (1994) identificaram que os aspectos mais valorizados na religiosidade dos luteranos era uma tendência religiosa que valorizava mais as questões de culto e de ritos de passagem do que “elementos de afinidade comunitária”. E que, por outro lado, este segmento de migrantes dava seu menor valor às questões políticas e sociais, como a problemática dos “sem terras”, por exemplo, configurando uma ideologia conservadora, de direita.

Já nas questões ambientais, os entrevistados em ampla maioria afirmaram considerar importante a preservação do Meio Ambiente. 93,75% afirmaram a importância e a necessidade de práticas de desenvolvimento sustentável na vida cotidiana. Este dado tão expressivo está dentro de um contexto nos quais na última foi desenvolvido um programa de educação ambiental de grande

envergadura na região lindeira com o Lago da Itaipu Binacional, conhecido como Cultivando Água Boa. “O Cultivando Água Boa (CAB) é um conjunto de programas socioambientais da Itaipu em conjunto com mais de 2.200 parceiros, executados nos 29 municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Paraná – Parte 3 (BP3), no Oeste do Paraná. Em cada município há um comitê gestor, com forte participação popular” (Boas Práticas para o Desenvolvimento Sustentável)³⁴. Este Program alcançou grande repercução em toda a região chamando a atenção da população para boas práticas de sustentabilidade através de um intenso projeto de formação de educadores ambientais. Em Prefácio a obra *Água Boa: a natureza em Itaipu depois de Sete Quedas*, Jorge Miguel Samek assim se refere ao Programa Cultivando Água Boa:

Este processo irracional de ocupação territorial e exploração dos recursos naturais – que precedeu a construção de Itaipu e prosseguiu nos anos subsequentes - somente começou a ser revertido na década de 80, quando o governo de José Richa (1983-1986) lançou pioneiramente no Paraná um conjunto políticas inovadoras de recuperação, conservação e manejo do solo. [...] Mas a guinada definitiva rumo a um desenvolvimento sustentável na região de influência de Itaipu ocorreu, de fato, nos últimos cinco anos. O ponto de inflexão foi o lançamento, em 2003, do Programa

³⁴ BOAS Práticas. <http://www.boaspraticas.org.br/index.php/pt/> . “O Cultivando Água Boa objetiva promover: - A quantidade e qualidade das águas, com proteção, manejo e conservação dos solos e das águas; - A preservação, recuperação e conservação da biodiversidade, em especial através da recuperação de matas ciliares e formação de corredores de biodiversidade; - O restabelecimento dos fluxos ambientais; - O fortalecimento da agricultura familiar; - Novos arranjos produtivos locais; - Os sistemas de produção diversificados e limpos, como agroecológicos, que resultam em alimentos de qualidade, em especial no uso pela alimentação escolar; - A inclusão de segmentos social e economicamente fragilizados (catadores, pescadores, índios), com dignificação de suas atividades, com inclusão econômica, social, política e tecnológica; - A educação ambiental formal, não formal e informal permeando todas as ações e contando com mais de 14 mil protagonistas de educação ambiental (95% voluntários); - Novos padrões de produção e consumo; - A consolidação da cultura da água e da ética do cuidado, estabelecendo a estreita relação entre o desafio da sustentabilidade planetária e a necessária ação local, a partir de uma visão holística, integral e integrada da relação do homem com seu meio, onde a sustentabilidade é uma resultante de novos modos de ser/sentir, viver, produzir e consumir; Enfim, a melhoria da qualidade de vida de milhares de pessoas.”
(<http://www.boaspraticas.org.br/index.php/pt/programas/205-programa-cultivando-agua-boa>).

Cultivando Água Boa (CAB), iniciativa liderada pela Itaipu Binacional. Buscando dar respostas locais ao desafio do aquecimento global, o programa já recebeu reconhecimento no Brasil e no exterior pela sua concepção inovadora e pelos resultados alcançados.³⁵

Em vista disso, os entrevistados indicaram para muitos temas que consideram importantes na preservação ambiental, o que nos permite afirmar que o discurso sobre a importância do desenvolvimento rural sustentável está presente na compreensão dos luteranos na microrregião de Marechal Cândido Rondon, no Oeste do Paraná como consequência de um intenso movimento desenvolvido pelo Programa Cultivando Água Boa (CAB), da Itaipu Binacional.

Referências

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932/505>>. Acesso em: 03 de março de 2019.

AMOP - *Associação dos municípios do oeste do Paraná*. Disponível em: <http://www.amop.org.br/municipios/>. Acesso em: 17/05/2019.

BOFF, L. *Sustentabilidade: o que é: o que não é*. 5 ed. Revista e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BRASIL. *Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 24 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm>. Acesso em: 14 abr. 2019.

BRASIL. *Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964*. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, 30 nov. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. *Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993*. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. 25 fev. 1993. Disponível

³⁵ SAMEK, J. M. Prefácio. In: CORRÊA, M. S.; ALDÉ, L.; BRITO, M. F. *Água boa: a natureza em Itaipu depois de Sete Quedas*. Porto Alegre: TAB Marketing Editorial, 2008, P. 7.

em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm>.

Acesso em: 23 jul. 2019.

BOAS Práticas para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.boaspraticas.org.br/index.php/pt/>. Acesso em: 25/07/2019.

CASCABEL. 76% das áreas da região oeste do PR são rurais. *O Paraná*. Cascavel, Pr, 2018. Disponível em: <https://oparana.com.br/noticia/76-das-areas-da-regiao-oeste-do-pr-sao-rurais/>. Acesso em: 17/05/2019.

D'ÁNGELIS, W. R.; MAZAROLLO, J. A migração brasileira no Paraguai. In: *Cadernos de Justiça e Paz*. N. 2, S/d., pp. 7ss.

DEMO, P. *Avaliação qualitativa*. 7.ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

EST. Faculdade de Teologia. *Ata nº 8: CAT- História recente da migração no Brasil*. São Leopoldo, RS, 28/03/1988.

FERRARI, W. J. *A expansão territorial urbana de Marechal Cândido Rondon-PR: a produção da cidade a partir do campo*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

FERREIRA, R. *O que são terras devolutas?* O ECCO. Dicionário Ambiental, 2013. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27510-o-que-sao-terras-devolutas/>. Acesso em: 19/05/2019.

GIESE, N. Brasiguaios acampam ao lado da Prefeitura de Mundo Novo. *JOREV*. Jornal Evangélico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo, RS, 21 de julho a 3 de agosto de 1985, p. 7.

GIESE, N. Não são desordeiros. *JOREV*. Jornal Evangélico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo, RS, 18 a 31 de agosto de 1985, p. 11.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

HUBNER, C. W. *Estudo para o desenvolvimento do turismo, turismo rural e roteiros turísticos em Marechal Cândido Rondon*. Marechal Cândido Rondon: Secretaria de Indústria Comércio e Turismo, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2002. *Indicadores de desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 jun. 2019.

IECLB. *Nossa Fé - Nossa Vida*. Guia da vida comunitária na IECLB. 8 ed. São Leopoldo: Sinodal, 2011. Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/conteudo/nossa-fe-nossa-vida-o-que-e-a-ieclb>. Acesso em: 30/05/2019.

INCRA – Instituto Nacional de colonização e reforma agrária. 1980. *Instrução Especial/INCRA/Nº 20, de 28 de maio de 1980*. Estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980. 28 maio 1980. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/institucionall/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/129-instrucao-especial-n-20-28051980>
Acesso em: 03 mar. 2019.

KOPPE, M.; AHLERT, A.; CARNIATTO, I. O desenvolvimento rural sustentável no currículo escolar. *Revista GeoPantanal*. UFMS/AGB, Corumbá/MS. N. 24, 251-268, jan./jun., 2018.

Disponível em:
<https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/6314>
Acesso em: 03 mar. 2019.

Leff, E. 2010. *Discursos sustentáveis*. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LUSTOSA, M. das G. O. P. *Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza*. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINS, J. de S. *Expropriação e violência*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

OLIVEIRA, N. A. de. Políticas migratórias e a formação de identidades sociais em Nova Xavantina (MT). *História Unisinos*, vol. 22, n. 2, p. 240-253, Maio/Agosto. 2018. Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/viewFile/htu.2018.222.08/60746315>. Acesso em 27/05/2019.

O PARANÁ. 76% das áreas da região oeste do PR são rurais. *O Paraná – Jornal de Fato*. 2018. Disponível em: <https://oparana.com.br/noticia/76-das-areas-da-regiao-oeste-do-pr-sao-rurais/>. Acesso em: 24/05/2019.

PARAGUAI. Terra para os paraguaios. *JOREV*. Jornal Evangélico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo, RS, 1 a 15 de janeiro de 1985, p. 8.

Padovani, L. 1980. Brasileiros no Paraguai. In: MIGRANTES: Êxodo forçado. *CEM*. São Paulo: Paulinas, pp. 42ss

PAWELKE, J. C. *Ficando rico no oeste do Paraná*. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2008.

PREDIGER, C. L.; AHLERT, A. Ética e Educação Ambiental: Lugares Privilegiados na Apicultura. *Ensaios e Cienc.*, v. 22, n. 2, p. 70-78, 2018. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com.br/index.php/ensaioeciencia/article/view/5550/4589>. Acesso em: 16 ago. 2019.

PTI - Parque Tecnológico Itaipu. *Oeste do Paraná em números*. Foz do Iguaçu: Observatório Territorial, Oeste em Desenvolvimento, 2018.

RIPPEL, R. *Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000*. - Campinas, SP: [s. n.], 2005.

SACHS, I. *Desenvolvimento – incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro, Garamond, 2008.

SCHALLENBERGER, E., COLOGNESE, S. A. *Migrações e comunidades cristãs: o modo de ser evangélico-luterano no Oeste do Paraná*, Toledo: Edt, 1994.

SORJ, B. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro. Guanabara, 1986.

WEIRICH, U. L. *História e atualidades: perfil de Marechal Cândido Rondon*. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2004.

SAMEK, J. M. Prefácio. In: CORRÊA, M. S.; ALDÉ, L.; BRITO, M. F. *Água boa: a natureza em Itaipu depois de Sete Quedas*. Porto Alegre: TAB Marketing Editorial, 2008.

ZONIN, W. J.; AHLERT, A. et al. Ética, meio ambiente e desenvolvimento rural: questões que desafiam as ciências agrárias no Brasil. In: Zambom, M. A. et al. *Ciências agrárias: ética do cuidado, legislação e tecnologia na agropecuária*. Marechal Cândido Rondon, PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017, pp. 1-35. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Marcos_Sarto3/publication/324215720_Adubacao_silicatada_na_cultura_do_milho/links/5ac52ce4a6fdcc051daf1ada/Adubacao-silicatada-na-cultura-do-milho.pdf#page=9. Acesso em: 08 mar. 2021.